

# Amigo dos patrões e não das mães

Público - Edição Porto · 12 agosto 2025 · 6 · Helena Pereira

A diabolização da licença de amamentação, num país onde nascem apenas cerca de 80 mil bebés por ano, é uma perversão



Donald Trump, infelizmente, inspira muita gente — e a sua atitude, que já tem o insólito nome de TACO (acrónimo de “Trump always chickens out”, ou seja, “Trump acobarda-se e recua”), também.

Luís Montenegro incluiu, no pacote de revisão das leis laborais, uma alteração polémica à licença de amamentação, limitando-a até aos dois anos da criança e impondo a apresentação periódica de documento comprovativo emitido por um médico. Esta proposta suscitou um coro de críticas à esquerda e à direita. Tudo indica que acabará por sofrer um recuo: ou o Governo desiste dela, por falta de apoios para a aprovar, ou altera-a para, sob a capa de compromisso, satisfazer nada mais, nada menos que o desejo dos empregadores — deixar de pagar integralmente o salário a uma mãe que, durante um período, trabalha menos duas horas por dia, transferindo parte do encargo para a Segurança Social.

Percebe-se de onde veio a ideia: nasceu da pressão das confederações patronais, que aproveitaram o regresso da direita ao poder para flexibilizar, por todos os meios, a legislação laboral e aliviar os compromissos Aenanceiros dos empregadores com o Estado. Tanto o representante da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) como o da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) já o admitiram: não consideram prioritário acabar com o actual regime que permite às mães terem um horário reduzido, mas antes pretendem alterar os encargos Aenanceiros associados. “Se os representantes políticos quiserem consagrar esse direito para além dos dois anos, deve ser o orçamento da Segurança Social — para o qual as empresas contribuem com mais de dois terços e os trabalhadores com o restante — a suportar Aenaneamente esse custo”, declarou o secretário-geral da CAP, Luís Mira. Já Armindo Monteiro, presidente da CIP, defende que as duas horas diárias até ao primeiro ano de vida da criança sejam também pagas pelo orçamento da Segurança Social.

Ao propor esta alteração, sem um debate aprofundado sobre os incentivos do Estado à natalidade, o Governo assumiu-se como inquisidor das mães, acusando-as de ludibriar os patrões ou de estar a “fazer ronha”. A ministra do Trabalho invocou alegadas irregularidades que nunca conseguiu explicar. A Autoridade para as Condições do Trabalho aplicou, entre 2021 e 2025, dez multas e fez 13 advertências a empresas que impediram o gozo do direito à dispensa para amamentação ou aleitação, mas nunca detectou infracções por parte das mães trabalhadoras.

Esta diabolização da licença de amamentação, num país onde nascem apenas cerca de 80 mil bebés por ano, é uma perversão que apenas serve para assustar as mulheres trabalhadoras, lançar um manto de suspeição irresponsável e agradar aos empregadores.

O país precisa de mais crianças, de mais responsabilidade, e não de mais suspeitas.